



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Instituto Jones dos Santos Neves
Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória
Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICÍPIO DE VITÓRIA

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, no Auditório do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, localizado à Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30, Bento Ferreira, Vitória/ES, com início às dezoito horas e trinta minutos, foi realizada a presente Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória, convocada por intermédio do Aviso de Audiência Pública nº 002/2017, publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Seção 02, do dia 28/08/2017, página 04, tendo sido o mesmo retificado por meio de errata publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Seção 02, do dia 13/09/2017, página 05, haja vista que a publicação de 28/08/2017 informou a data de realização da referida audiência pública para 21/09/2017. A presente Ata destaca os principais pontos do debate realizado durante a audiência, incluindo o descritivo de todas as contribuições apresentadas por meio de formulário entregue no credenciamento, juntamente com o caderno preliminar de propostas, ficha de avaliação e cartilha do Plano. A gravação da mesma ficará disponível no site www.planometropolitano.es.gov.br/audiencias/arquivos durante o período de elaboração do Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória, bem como disponível em CD, arquivado ao presente documento. A lista de presença com a relação dos participantes desta audiência pública será anexada ao documento final e também será disponibilizada no site www.planometropolitano.es.gov.br/planometropolitano/documentospdui. O mestre de cerimônia desejou boa noite a todos, agradeceu a presença dos participantes, solicitou que colocassem os celulares no modo silencioso e que tomassem assento em seus devidos lugares. Ressaltou o apoio da Prefeitura Municipal de Vitória, destacando a presença do Vice-Prefeito, o Sr. Sérgio de Sá Freitas, representando no ato o Prefeito de Vitória, o Sr. Luciano Rezende. Informou que a audiência pública teria como proposta discutir/debater as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória e que todos os participantes poderiam apresentar suas contribuições nos seguintes temas: meio ambiente, mobilidade urbana, desenvolvimento econômico e ordenamento territorial. Em seguida, todos foram convidados para a execução do Hino Nacional Brasileiro e, após o mesmo, para assistirem ao vídeo institucional do Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória. Na continuidade, convidou para as boas-vindas aos participantes a Presidente do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (COMDEVIT) e Diretora Presidente do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a Sra. Gabriela Lacerda; o Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, o Sr. Paulo Ruy Carnelli, representando no ato o Governo do Estado do Espírito Santo; o Coordenador Geral da Federação das Associações e Movimentos Populares do Espírito Santo – FAMOPES, o Sr. Marcos dos Santos; e o Vice-Prefeito de Vitória, o Sr. Sérgio de Sá Freitas, representando no ato o Prefeito Luciano Rezende. Na oportunidade, agradeceu ao Sr. Haroldo Santos Filho, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade, pela disponibilização do espaço para a realização da audiência pública. O Instituto Jones dos Santos Neves, na qualidade de presidência e secretaria executiva do COMDEVIT, enumerou os procedimentos para a participação na audiência pública, sendo: I – todos os participantes terão direito de manifestação oral ou escrita; II – as manifestações orais obedecem a ordem de inscrição e os participantes terão no máximo 02 (dois) minutos para sua intervenção; III – o prazo total para as intervenções será de 01 (uma) hora, ou seja, 60 (sessenta) minutos; IV – aos que preferirem, podem manifestar-se por escrito e a equipe de apoio fará o recebimento das contribuições; V – fica facultado o envio de propostas no prazo de 02 (dois) dias após a audiência pública para o e-mail



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Instituto Jones dos Santos Neves
Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória
Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória

mobilizapdui@ijsn.es.gov.br ou acessando do site www.planometropolitano.es.gov.br. Na sequência, passou-se à apresentação do Caderno Preliminar de Propostas – que agrega uma síntese das contribuições recebidas até este momento do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória –, sendo convidada Coordenadora Geral do Projeto, a Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), a Sra. Leticia Tabachi, que agradeceu, na pessoa da Sra. Ana Claudia Buffon, representante do município no Grupo Técnico do PDUI, pelo trabalho desenvolvido até o momento. O mestre de cerimônia esclareceu novamente que, aos interessados em fazer propostas, uma equipe de apoio registraria os nomes, sendo a chamada nominal, e ressaltou a importância de os participantes, ao final da audiência, preencherem a ficha de avaliação. Sendo assim, passou-se à composição da mesa técnica – coordenação do debate e esclarecimentos de dúvidas – composta pela Sra. Gabriela Lacerda (Presidente do COMDEVIT e Diretora Presidente do IJSN), pelo Sr. José Eduardo Azevedo (Secretário de Estado de Desenvolvimento), pelo Sr. Paulo Ruy Carnelli (Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas), pela Sra. Andrezza Rosalém (Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social), pelo Sr. Sérgio de Sá (Vice-Prefeito de Vitória), pelo Sr. Fabrício Gandini (Secretário Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação) e pelo Sr. Pablo Andreão (Presidente da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN), dando início, em seguida, às intervenções orais, quando foram apresentadas as seguintes contribuições:

- **Evertton Martins:** Quando a gente fala do Centro, a gente fala com muita alegria, principalmente, das questões culturais e turísticas que o centro tem. Mas para além disso, e eu acho que nesse debate de propostas e indicações do que o Centro de Vitória necessite de ser pensado pelos corpos técnicos e pelos gestores metropolitanos, uma coisa que o Centro de Vitória necessita bastante dos gestores em comum é pensar a questão do desenvolvimento econômico e habitacional do Centro de Vitória. A prefeitura de Vitória tem uma responsabilidade mais direta, mas ainda assim, os impactos do desenvolvimento e dos empreendimentos imobiliários tem reflexo nas áreas periféricas da Grande Vitória, naquelas regiões ambientalmente mais frágeis. Então, a gente está aqui pra fazer essa reivindicação, pra trazer pros gestores, pra trazer pro plano, uma atenção nas questões habitacionais porque nós temos muitos imóveis vazios ali no centro de Vitória que podem ter incentivos e que podem ter políticas habitacionais e, além disso, as questões de mercado, porque o Centro de Vitória está entre duas vias importantes metropolitanas, e aí a gente vê o mercado popular que é menor em clientes e também mercadorias e serviços. E pra encerrar então, como exemplo, a Expedito Garcia, Laranjeiras e a Glória.
- **Kleber Frizzera:** Como eu não vou estar aqui daqui a 30 anos a única coisa que eu deixaria é: não há como pensar uma gestão que não seja democrática. Não é possível pensar uma situação colaborativa que não seja solidária, e aí entre pessoas, prefeituras, grupos, tem níveis de interesse sem nos esquecermos dos mais pobres. E não é possível pensar que a economia somente vai ser inclusiva, nós temos que pensar numa sociedade inclusiva. A economia muitas vezes deixa muita gente de fora. Agora, se nós estamos pensando no próximo, temos que pensar numa sociedade inclusiva, com o estado e a economia, e com o estado cumprindo aquilo que a economia não dá conta de resolver. E só pra completar, eu não vou discutir as propostas, mas tem uma que eu gostaria de incluir: se nós vamos fazer um sistema integrado de gestões metropolitanas,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Instituto Jones dos Santos Neves
Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória
Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória

eu acho que não deve ser só de livre acesso aos técnicos, tem que ser pra todos. Meus alunos na universidade e todo cidadão que queira ter acesso à informação. Inclusive, o princípio de toda administração hoje é a publicidade de seus dados.

- **Adilson de Lima:** Eu acredito que a gente tem que trabalhar a questão da metrópole, assim, de uma certa forma, a questão do povoar e do populoso. Acho que é uma situação do Brasil em que nós somos um país populoso e pouco povoado. Então, eu acho que é isso que os municípios têm que estar trabalhando. E colaborar para que sejamos de fato um município bem populoso, um estado bem povoado, no caso. E que a gente possa estar trabalhando dessa forma e não ficar com melindres de ajudar outro município a criar melhores infraestruturas, porque nós não podemos olhar só para o nosso. Porque se realmente quisermos trazer qualidade de vida para a metrópole, para o nosso Estado, temos que trabalhar nessa linha. Somos um município bem populoso e pouco povoado. Acho que é em cima dessa linha que temos que trabalhar, tornar um estado melhor povoado.
- **Maria das Dores Perim:** Estou aqui para apresentar uma proposta muito concreta, que é o Plano metropolitano da paisagem, em cumprimento à carta de Vitória que foi escrita em dezembro de 2011, em prol da paisagem metropolitana da Grande Vitória. Essa carta foi entregue a vários dirigentes estaduais desse governo e do outro governo. Essa carta também foi entregue aos municípios. Então, na questão de uso e ocupação do solo, o que esse plano preconiza é o cuidado com a paisagem. Então, esse plano teria que ter a vertente da proteção da paisagem, daquilo que é sagrado, a boa gestão, que é a condução da intervenção humana no espaço, mas com critérios pra nós termos paisagem de qualidade, e o ordenamento da paisagem, que implicaria na revitalização, na ocupação de espaços degradados para que a gente pudesse ter outros interesses. Então, a proposta é incluir junto aos outros planos de saneamento, planos de resíduos sólidos, o plano metropolitano da paisagem.
- **Celio da Penha:** Entrei nesse projeto como cidadão e estou saindo como pessoa bem melhor. Particpei do PDM de VV e participei do PDM de Vitória e estou vendo aqui neste PDUI a falta de integração das prefeituras, são sete, eu fui em praticamente quatro e vi que as reclamações são as mesmas, mobilidade, está se perdendo muita área verde, habitação no Centro de Vitória não há. E na área de mobilidade falta transparência nos projetos, gostaria que colocasse pra gente ver o que vai ser feito na mobilidade pública. O que vocês vão deixar para daqui a 30 anos? Eu imaginei Vitória daqui a 30 anos, uma cidade com opção de transporte limpo, elétrico, aquaviário, com áreas verdes, pensando no idoso, porque daqui a 30 anos a população vai estar bem maior.
- **João Luiz Salles:** Eu gostaria de inserir a parte de políticas públicas e sustentabilidade. Não adianta muita das vezes nós construirmos parques ou darmos condições se a acessibilidade não for produzida de maneira correta. Hoje com a LBI, Lei Brasileira de Inclusão, e também com o estatuto do Idoso e da pessoa com deficiência, então, eu gostaria que fosse olhado também para esse lado. Lá atrás se pensava o seguinte, na automação, todas as fábricas teriam a sua parte produtiva automatizada, mas quem iria comprar cada veículo? Seriam os robôes? Então, passou-se a pensar de maneira diferente hoje. Primarizou essa forma diferenciada de se pensar. Então, eu peço dentro da parte de mobilidade urbana que pense na acessibilidade. É aquilo que o nosso amigo



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Instituto Jones dos Santos Neves
Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória
Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória

aqui falou. Daqui a 30 anos seria mais que o dobro, e aí, com a mobilidade reduzida? Hoje nós temos índice altíssimo de pessoas sendo vitimadas com acidentes, ficando incapazes. Está sendo pensado nisso? Nesse deslocamento, de ter o olhar voltado para a sociedade, para esse lado? Então eu gostaria que fosse feito isso. A própria LBI se tornasse parte integrante desse caderno que nós estamos fazendo para a região metropolitana.

- **Maria Helena Signorelli:** Ouvindo a apresentação da Leticia, eu anotei algumas palavras que ela foi colocando e que estão também no caderno de propostas que eu acho importante destacar. Gestão dinâmica, dinamização da metrópole, usufruir espaços, parques urbanos, de novo metrópole dinâmica, a questão da ocupação do solo, do planejamento do uso e ocupação das áreas de interesse metropolitano... eu não vejo como a gente fazer uma gestão dinâmica integrada que pense a ocupação do solo, a ocupação dos espaços urbanos sem considerarmos a política cultural, sem incluirmos a cultura nesse plano. Nós estamos discutindo e a gente vem fazendo planos de desenvolvimento urbano, e aí a gente coloca a questão de desenvolvimento econômico, mas a gente acaba deixando há anos a questão do humano nisso daí. A gente fala em usufruir os espaços urbanos. Vitória hoje tem espaços culturais fechados, parques lindos que poderiam ser melhor utilizados, que a população pudesse usufruir desses espaços e não podem até mesmo por questão de segurança. Então, a questão cultural não pode ficar de fora desse plano. Uma proposta concreta, eu vou escrever, mas não quero deixar de registrar, é o sistema integrado de informações. Eu acho que precisa colocar isso mesmo ali, informações culturais. A palavra cultura, políticas culturais, tem que aparecer nesse plano.
- **Henrique Zimmer:** Eu vou lançar uma proposta desafiadora. Na sistematização, diz assim “estabelecimento de um sistema de governança metropolitana”. Pois bem, nós estamos fazendo um processo que ele é baseado numa lei federal. Nós temos uma constituição que não nos permite algumas coisas no nível do território, que é onde as coisas acontecem. Mas eu queria lançar um desafio nesse plano. Nós temos que trabalhar a ideia de um parlamento metropolitano, seja ele até informal. Porque esse processo vai ser aprovado na assembleia, gente, é a nossa casa de leis. Na hora da aprovação disso, abre uma brecha para criar nos municípios da região metropolitana, através de uma câmara, um fórum que possa se discutir as coisas comuns que acontecem em Vitória e prejudica a Serra, por exemplo. Cariacica prejudica Vitória e vice-versa. Então, nós temos que trabalhar essa ideia para começar a pensar na gestão integrada desse plano.
- **Cristiane Machado:** Eu vim aqui endossar a proposta do GT da paisagem porque realmente é bastante preocupante, pelo que a gente viu nas discussões do CMPDU, como você pode pensar a paisagem de um município sem considerar também todo o seu entorno. No momento em que você tem a liberação do gabarito nas principais vias arteriais, incluindo a Beira Mar, como você vai pensar na paisagem da metrópole, como você pode pensar então em passeios de barco pela baía de Guanabara, o que você vai ver, um maciço central ou um paredão de construção? Eu sei que é um desafio pensarmos de forma integrada, mas é realmente necessário. É claro que não é a intenção limitar o que cada município pode ou não fazer, mas é realmente fundamental



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Instituto Jones dos Santos Neves
Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória
Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória

que se pense de forma integrada. Eu não posso liberar no meu município e comprometer uma paisagem que não é só nossa, é de toda a metrópole.

- **Macionil Rupfer:** Sou especialista na área ferroviária e rodoviária. É importante salientar nessa integração que o transporte deveria estar integrado nas ferrovias como você tem nas outras capitais. Usar das próprias ferrovias para você integrar um VLT, um trem urbano, e faz a ligação com o transporte rodoviário e via água, como nós temos condições de fazer aqui. Então, aqui nós uma ferrovia de Paul até Viana e de Paul até Flexal, onde poderia colocar um trem urbano, onde poderia trazer até Paul e fazer um grande terminal e com isso fazer a distribuição por meio de um transporte via água. Uma rota até a UFES, até dentro de Santo Antônio, São Pedro, e uma outra até o centro da cidade e outros pontos ainda, Vila Velha e Jardim Camburi. E com isso a gente diminuiria muito o transporte de ônibus que a gente tem hoje nas grandes vias na capital e nos outros municípios, Vila Velha e Cariacica. E, além disso, seria importante salientar também que deveria colocar um transporte, como tem no Rio de Janeiro também, que você tem essa viabilidade, você tem o trem urbano ou você tem um VLT e você tem o metrô, e você tem as barcas ainda em Niterói. Aqui se fala em fazer transporte via água com barco simplesmente de 150 pessoas. Rio de Janeiro tem um barco de 1.500 passageiros. É um fluxo enorme de passageiros. E aqui a gente não consegue implantar o transporte via água. Então, eu acho que o transporte tem que ter integração ferroviário, rodoviário e via água. E, além disso, botar um VLT da Vila Rubim até o aeroporto e, vamos supor, da Prainha até Itaparica, por exemplo. Aí vamos ter um transporte digno para a população capixaba.
- **Clarice Imperial:** Estou na subsecretaria de assistência social do governo, mas como eu não estou na mesma, a Andrezza falou antes de mim. A fala do professor Kleber também me instigou porque ele fala da sociedade inclusiva, e na área da assistência social, principalmente, no momento que a gente vem vivendo, há um agravamento e uma exclusão das pessoas. E uma questão metropolitana que a gente vai estar vivendo muito forte e vem discutindo na área da assistência social é a população de rua. Nós estamos com os municípios da região metropolitana com um fluxo de atendimento integrado, então é muito importante que a gente inclua ações relativas às pessoas da inclusão social. Eu estava olhando algumas ações do grupo técnico ali e já vi até algum lugar que a gente pode incluir. E uma das coisas que sempre me motiva muito é a questão do sistema de informação e que a gente integre, porque estão lá ações socioeconômicas, mas quando a gente olha algumas ações, isso é importantíssimo. A população de rua é um grupo flutuante, a questão da migração. Então é importante que a gente tenha informações nessa área para melhorar o atendimento.
- **Celio da Penha:** Eu estive no Rio semana passada, andei de VLT e é um desafio para o Comdevit. O Comdevit 2014 teve a oportunidade de alterar todo o transporte de Vitória e não foi feito isso. Então, a concessão se não me engano é por 20 anos, então, eu quero que na próxima reunião de vocês seja priorizado o transporte público decente e não essas carroças que a gente tem transvertido de ônibus que você tem que subir. Há um estudo que 37 por cento da viagem de tempo é gasto com sobe e desce das pessoas nas viagens de ônibus. E nós estamos para vir aí à faixa exclusiva de ônibus, que eu não sei se vai resolver alguma coisa, nesse sentido. Então, eu andei de VLT no Rio e vi que Vitória é plana e eu não entendo porque a gente não tem. O Rio de Janeiro, como



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Instituto Jones dos Santos Neves
Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória
Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória

ele falou, tem quatro tipos de transporte e nós estamos dependendo de um e que nos atende mal. Só que para a mobilidade urbana eu queria que o governo olhasse com carinho porque é o futuro. A mobilidade urbana de bicicleta, porque é o futuro. O transcol, eu queria que o pessoal da Ceturb me dissesse qual é o planejamento que eles têm para a integração do transcol, porque eu não vejo o transcol integrado com nada, você vai de um local a outro de ônibus. Você não tem compartilhamento via terminal, você não tem um compartilhamento via bike... nós temos aí as bikes compartilhadas você não tem uma estação no transcol. Você não tem um para ciclo decente nos terminais. Queria saber o que a cúpula do governo tem para a mobilidade. Não é a mobilidade para quem usa carro, mas para quem usa ... 70 por cento do transporte é para quem usa o coletivo.

- **Dauri Correia da Silva:** MUDA é Movimento Unificado de Desenvolvimento Alternativo. É uma ONG nossa que atua na região metropolitana, até então a gente tem se apropriado pouco dela porque a Famopes e a Famoc têm nos consumido enquanto instituição e, graças a Deus nos permitindo colaborar. Eu estou na ideia aqui de que a paisagem ela precisa ser repensada. Eu me lembro que 20 de dezembro de 2009 a prefeitura de Vitória organizou o primeiro ateliê internacional de Arquitetura. E naquela ocasião, um objeto que deve ser para nós termos na mente relevante ao discutir a ocupação e tudo o mais que nela é possível, é a questão do aquecimento. Eu gostaria de saber como é que isso foi pensado com a elevação do nível do mar em 20 centímetros. Quais serão as comunidades que serão alcançadas. Recentemente, nós tivemos Dom João Batista, município de Vila Velha, quase 30 dias com 10 centímetros de água na rua. Aí me pergunta por que. Nós sabemos como aquela ocupação ocorreu. Nós sabemos que o sistema não tem capacidade de capilarizar aquilo que a natureza, na sua revolta, está provocando. Então, fica uma reflexão para nós, nós estamos pensando bacana, isso é necessário, porque temos capacidade para tal. Todavia não podemos contestar o que temos de diagnóstico mundo afora, do qual nós somos signatários, inclusive.
- **Maria Helena Signorelli:** Eu me inscrevi para complementar minha fala e apresentar minhas propostas. Eu ia falar, mas não deu tempo, eu vi no caderno de propostas a inclusão da economia criativa. E isso é muito importante, que já tenhamos incluído essa questão no desenvolvimento econômico. Mas eu quero ainda incluir minha proposta, que a cultura seja considerada como esse elemento do desenvolvimento humano. Incluir no sistema integrado de informações metropolitanas informações culturais, está listado aqui no caderno outras informações, então, incluir informações culturais. Ali no caderno de propostas tem estruturação do desenvolvimento turístico da região metropolitana, incluir a questão cultural na estruturação do desenvolvimento turístico. Não só o patrimônio histórico cultural, mas a questão cultural como um todo. Apoio à elaboração de planos municipais de cultura, não sei se é bem assim que entra, mas essa é a questão. E considerar a política cultural como um elemento de integração, dinamização, ocupação do espaço urbano e de consolidação da metrópole como espaço solidário, colaborativo e inclusivo.
- **Sebastião Alves:** Eu fiz uma proposta por escrito, que é uma proposta relacionada à questão da fiação e cabos e aterramento. Então, eu não vou abordar sobre isso. Mas o fato é que empresas que vão fazer manutenção e substituição fazem isso, e a mim



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Instituto Jones dos Santos Neves
Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória
Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória

parece, que sou cidadão, que essas coisas são feitas em horários inadequados, incomoda bastante, interrompe bastante, e não se faz isso em horários alternativos. Exatamente em horários dos gargalos. Eu saio do serviço 18 horas e quando eu estou indo embora, eu vejo os guardinhas de trânsito indo embora, desaparecendo e o gargalo do trânsito, que é o nosso grande gargalo. E aí eu acho que é uma questão de gestão, de comportamento do gestor público, que precisa ser monitorado. Eu, enquanto cidadão que dirijo, e que ando a pé, eu percebo coisas que, no comportamento do gestor público, eu acabo tendo um reflexo, que é, ah, já que eles não fazem então ninguém tá vendo, eu vou fazer da mesma forma. Que eu acho que vou chegar mais cedo vou passar na frente dos outros, vou ser esse cidadão, mal-educado, deselegante, e essa gentileza, essa cordialidade, essa gentileza que a gente fala que é necessário, precisa começar nos órgãos públicos para que o cidadão comum possa entender que, de fato, é possível mudar o comportamento das pessoas. Mas tem que começar por gestores públicos. Enquanto cidadão, eu fico muito indignado com muitas coisas que eu vejo no dia a dia e você não tem um canal de comunicação pra você fazer uma denúncia. Eu presenciei um acidente na 262 na segunda-feira e eu não tinha como fazer a denúncia pelo 190, porque eu tinha que dar o bairro lá no quilômetro 70 e não pude concluir a informação. Então, eu acho que o gestor precisa melhorar, muito.

A seguir, estão listadas as contribuições apresentadas pelos participantes por meio dos formulários de contribuições disponibilizados durante a realização da audiência pública, cujos originais encontram-se disponíveis no site www.planometropolitano.es.gov.br/audiencias/arquivos, a saber:

- Plano Metropolitano da Paisagem: a proteção das paisagens consideradas de grande relevância e essenciais à população; a gestão das paisagens consideradas principalmente as cotidianas que estão em constante evolução, mas que devem manter seus traços significativos; o ordenamento de paisagens possibilitando a construção de novas paisagens a partir de ações que envolvam a valorização de locais vazios e ou a reabilitação, restauração de locais que se encontram em estado de degradação.
- Proteção Integrada da paisagem: entendo que seja um desafio a gestão integrada, mas o ordenamento territorial de cada município afeta a paisagem de toda a região. Em passeios de barca observa-se sem esforço Vila Velha, Vitória e Serra com pontos icônicos da paisagem, ou seja, o Mestre Álvaro, Maciço Central, Convento da Penha, por exemplo.
- A liberação do gabarito nas vias principais, como proposto pelo PDU de Vitória, compromete essa paisagem de forma irreversível afetando o potencial turístico e a identidade local. Dessa forma, a aprovação de pontos como esse, que comprometem paisagens significativas da região metropolitana, não podem ficar apenas a cargo dos municípios individualmente, mas ser pensada e discutida coletivamente.
- Plano metropolitano da paisagem, objetivando a economia e qualidade de vida na região metropolitana.
- Construir ciclovias seguras, arborizadas e com pistas unidirecionais. Ampliar a quantidade de faixas a Terceira Ponte (principal referência é a Avenida 23 de maio em São Paulo) resolveria grande parte do problema de mobilidade urbana.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Instituto Jones dos Santos Neves
Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória
Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória

- O COMDEVIT deverá deliberar que os conselhos do PDM e do PDU/Vitória seja composto majoritariamente pelo segmento não governamental nas proporções do Conselho Nacional das Cidades.
- Plano Diretor Metropolitano de Arborização.
- Gestão do transporte e trânsito. Está faltando integração do transporte (no geral) e trânsito.
- Na área verde reflorestamento, ter atenção com a iluminação vindo a parte da segurança.
- Na área de vias principalmente nos bairros mais carentes e nos novos bairros, ter vias mais largas. Facilita a mobilidade e a segurança.
- Nos principais pontos ter câmeras de monitoramento para além de orientar o trânsito, ficar disponível para a segurança pública.
- A qualidade de vida passa pela sensação de segurança.
- Proteger efetivamente por meio do plano as áreas de amortecimento de chuvas nos rios da Grande Vitória, uma vez que hoje, devido à liberação para ocupação sem critério, vários bairros sofrem com danos materiais devido a sua implantação nessas áreas que, na maioria das vezes são ocupadas por famílias de baixa renda, salientando que ainda existem diversas pressões para mais empreendimentos habitacionais nessas áreas. Uma sugestão pode ser a criação de Parques nessas áreas.
- Tornar as áreas fornecedoras de água para a Região Metropolitana, áreas de interesse metropolitano viabilizando investimentos do Fundo na sua proteção e recomposição.
- Meio Ambiente: Capitanejar, por meio de instituição gestora a ser estabelecida por meio do PDUI, o consórcio entre os maiores municípios da Grande Vitória contratar conjuntamente os resíduos sólidos urbanos. De modo a obter maior economia de escala para todos, reduzindo os gastos, muito representativos para os orçamentos municipais.
- Definir um plano para a substituição da fiação elétrica, cabos e outros penduricalhos aterrando todos para limpeza dos emaranhados entre as árvores que hoje são constantemente depenadas dando lugar a uma paisagem degradada que empobrece a arquitetura, patrimônios históricos e a cidade como um todo.
- Transporte via ferrovia Paul/Vila Velha à Viana e Paul à Flexal – trem urbano.
- Transporte via ferrovia Vila Rubim ao Aeroporto de Vitória – VLT.

Sendo assim, finalizado o prazo de 01 (uma) hora para a realização do debate, a mesa técnica apresentou suas considerações finais, com a Sra. Gabriela Lacerda destacando que o debate foi muito qualificado, que as reflexões ajudariam na construção do Plano e que, independentemente de as mesmas serem ou não incorporadas ao PDUI, seriam registradas/documentadas, sendo encaminhadas aos órgãos e prefeituras, incorporando, no caso dos municípios, aos planos diretores, além de o PDUI ser uma ferramenta para captar recursos. Não havendo mais nada a tratar, o mestre de cerimônia agradeceu a participação dos presentes e desejou a todos uma excelente noite.